

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 3 DE MAIO DE 2021

Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, no Auditório Municipal, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos iniciou-se a sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Peso da Régua de harmonia com a convocatória de 20 de abril de 2021, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e da situação financeira do Município.
- 2) Apresentação, discussão e aprovação do acordo de parceria para gestão e promoção da “ecovia internacional do Tâmega e do corgo”.

Feita a chamada, verificou-se que não estava presente a Deputada Gabriela Maria Portela de Mesquita Guimarães, tendo sido substituída pelo Deputado António Manuel Alves Serafim. Faltaram ainda os Deputados Fábio Sandro de Carvalho Guedes, Fernando José Aires Lebres, Marlene Monteiro de Almeida e Nuno José Vieira Fernandes.

No conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Mesa informou não haver nada a revelar, a não ser congratular a retoma das comemorações do 25 de abril com a habitual conferência temática, este ano dedicada ao tema da habitação.

Procedeu-se à discussão da ata da última Assembleia municipal e usou da palavra o deputado Mário Janeiro para solicitar uma retificação à mesma. Posta à votação foi a mesma aprovada, por unanimidade, com 23 votos a favor.

Entrando no 1º ponto da ordem do dia iniciou-se a apreciação da informação escrita do Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e a situação financeira do município.

Relativamente à atividade do Município o Sr. Presidente realçou alguns pontos:

- Várias reuniões de trabalho que teve com as Finanças, Alfandega e o Centro distrital da Segurança Social acerca da loja do cidadão, realçando que a mesma será implementada quando for possível agregar todos os serviços necessários. Ainda sobre o mesmo tema, está já identificada a casa Vaz no Peso para, depois de reabilitada, poder ser um ponto estratégico para centrar os serviços supramencionados.

- A transferência da equipa de Rendimento Social de Inserção para a Câmara Municipal.
 - A reunião que teve com a Tertúlia João de Araújo Correia e que se está a desenvolver um projeto de criação de uma agenda que permite fazer o registo da atividade diária e cultural do concelho, onde será possível introduzir as marcas de vinho do concelho.
 - O projeto da Quinta da Vacaria e a Adega, salientando que assistiu ao lançamento da 1ª pedra de obra.
 - O projeto da Milnorte que apesar de estar mais atrasado está em desenvolvimento com as reuniões com as entidades competente para se cumprir os requisitos a fim de se submeter o pedido oficial às entidades para que se pronunciem.
 - A Estratégia Local de Habitação, cujo acordo de colaboração já foi homologado pela Secretária de Estado, destacando não só o ponto de situação do Hotel Vilhena que se encontra já em vias de ser lançado o concurso de obra, mas também a parceria que será realizada com os privados do conhecido “Bairro Branco” para que se possa avançar na reabilitação do mesmo, bem como a submissão, em overbooking, de uma candidatura para a requalificação dos espaços exteriores, nomeadamente a resolução para os cabos da eletrificação.
- Ainda no mesmo tema, informou que estão assinalados fogos para serem recuperados para fins de habitação social e conseqüente repovoamento, compaginando com a estratégia de regeneração urbana, nomeadamente um prédio degradado no miolo do Peso, no largo do Eirô e que estão a ser criadas alternativas de arrendamento acessível para que seja possível equilibrar a oferta e a procura.
- As entregas de cartões de acesso a medicação gratuita, para idosos carenciados, em parceria com a ABEM.
 - As visitas às IPSS’s que estão com bastantes dificuldades, nomeadamente as que só têm centros de dia e Serviço de Apoio Domiciliário. Deu o exemplo do Centro de Vilarinho que se está a querer expandir, reabilitando a escola primária para criar um lar.
 - As empreitadas a decorrer, umas em execução outras em vias de tal, como é exemplo o Hospital e o Moledo que receberá a visita da Secretária de Estado para homologar a parceria com o Turismo do Porto e Norte de Portugal e cujo palacete e Hotel está identificado para o fundo de investidores.
 - O centro de vacinação, informando que foram já ministradas, com a 1ª dose, cerca de 3887 vacinas e 1150 com a 2ª dose. Ainda sobre o tema destacou a equipa que existe na

Câmara Municipal a trabalhar em parceria com o Centro de Saúde e o ACES para efeitos de auto-agendamento da vacinação.

- As várias reuniões com a ministra da coesão e o secretário de estado das infraestruturas acerca da Linha do Douro, clarificando as várias fases da requalificação da mesma e que será criado um grupo de trabalho, com representantes de diversas entidades e destacando possibilidades de futuro de revolução da linha férrea (beira alta), que poderão ser vantajosas à atividade comercial e ao desenvolvimento económico.

- O projeto da APDL de requalificação plena do cais fluvial, que se encontra em desenvolvimento e em julho deverá haver um primeiro esboço.

Usou da palavra o deputado da CDU, António Serafim, que salientou a sua concordância com a exposição do Sr. Presidente relativamente à requalificação da linha e a sua ligação a Espanha.

O PS prescindiu da palavra.

O deputado do PSD, Raúl Gonçalves, enalteceu o trabalho realizado pelo executivo e afirmou acreditar que os projetos estão em boas mãos e serão certamente uma realidade.

Deu-se entrada no ponto 2 da ordem do dia, tendo a palavra o Sr. Presidente da Câmara que informou que se trata de um projeto entre as Câmaras Municipais do Peso da Régua, Santa Marta e Vila Real, para reativar a linha para fins turísticos e transição de modos suaves. Os três municípios têm tentado conseguir financiamento, realçando outras perspetivas futuras para a zona e benéficas para toos, de acordo, igualmente com o potencial que se pode ter ao se juntarem a Vila Pouca de Aguiar e Chaves.

Realçou ainda uma candidatura conjunta com Braga e Matosinhos ao nível de atuações culturais.

Usou da palavra o deputado da CDU, António Serafim, que afirmou ter algumas dúvidas, mesmo estando de acordo, pois entende que este projeto poderá pôr em causa a reabertura da linha do Corgo entre Peso da Régua e Vila Real.

Pelo PS, tomou a palavra o deputado Mário Janeiro, que afirmou estarem de acordo, principalmente por haver interconexão entre concelhos. No entanto, salientou, ainda, estar de acordo com o deputado António Serafim no que toca à linha no troço Régua-Vila Real, pois poderá não ser possível fazê-lo e assim perdermos a possibilidade de nos ligar à capital do Distrito e corremos o risco de ficar isolados.

Pelo PSD, o deputado Raúl Gonçalves destacou que em 2009 PS e CDU não defenderam o encerramento da linha do Corgo e que se o fizessem, talvez hoje esse assunto não fosse uma preocupação. Realçou, ainda, que considera que a ciclovía e a linha férrea são dois projetos compatíveis.

Usou da palavra o deputado do PS, Luís Monteiro que em resposta ao deputado Raúl Gonçalves, lembrou que a linha do Douro foi encerrada pelo PSD.

O deputado do PSD, Raúl Gonçalves, em resposta, lembra e frisa factos anteriores do governo de Sócrates.

O deputado da CDU, António Serafim, usa novamente a palavra para responder ao deputado Raúl Gonçalves reafirmando que sempre defenderam a reabertura da linha do Corgo e da linha do Douro.

Tomou a palavra o Sr. Presidente para esclarecer que todos os governos foram iguais na tomada de posição e a culpa é transversal a todos. Realçou com agrado que o ministro Pedro Nuno Santos é um defensor da linha do Douro e tem uma postura proativa no processo. Apelou, ainda, à união para que seja melhor conseguir-se uma reivindicação, destacando o trabalho exemplar da CIM Douro nesse sentido. Por último respondeu aos deputados António Serafim e Mário Janeiro que as suas preocupações são partilhadas por todos.

Posta à votação, foi a proposta aprovada, por maioria, com 24 votos a favor, 0 abstenções e 1 voto contra.

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia deliberou por unanimidade, estando presentes, vinte e cinco dos Senhores Deputados, aprovar a presente ata, em minuta, para surtir efeitos imediatos, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa.